



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

DSATS
Secretária-Geral

16/7/04

Exm.^a Senhora
Secretária Geral da Assembleia da
República

[Handwritten signature]

Sr referência

Sr comunicação

Nº referência

Data

Of. 5804/MAP/04

16.Jul.2004

Assunto **Resposta ao Requerimento n.º 661/IX/2ª**

Por determinação de Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Parlamentares, junto envio a resposta dada por Sua Excelência a Ministra da Justiça, ao requerimento melhor identificado em epígrafe, apresentado pelos Senhores Deputados Luiz Duarte e Medeiros Ferreira (PS).

Com os melhores cumprimentos, *[Handwritten mark]*

Á DAPLEN
20/4-07/16

A Directora de Serviços
[Handwritten signature]

O Chefe do Gabinete,

[Handwritten signature]

(Rui Crull Tabosa)

io\

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
4086
Gabinete da Secretária-Geral

16/07/04
Proc.º n.º 3

A *[Handwritten]*
Para preparar o expediente
19 JUL 2004
O Chefe de Divisão
[Handwritten]

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 01576 em 20/4-07/16

●
▲
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DA MINISTRA



Exmo. Senhor
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
o Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento (A.R.)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 3302/MAP/04

SUA COMUNICAÇÃO
2004-04-15

NOSSA REFERÊNCIA
Pº 995/2004 – Pasta F
Nº 3899

LISBOA 15 JUL 2004

ASSUNTO: Requerimento nº. 661/IX/2ª apresentado pelos Senhores Deputados Luiz Duarte e Medeiros Ferreira (PS)

Em resposta ao requerimento dos Senhores Deputados Luiz Duarte e Medeiros Ferreira melhor identificado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Justiça de transmitir o seguinte:

O projecto de construção do Palácio de Justiça do Nordeste foi concluído em 2001 e o concurso público para a empreitada foi lançado em 2002.02.04., com o valor base de 2.5000.000€, acrescido do IVA, e um prazo de execução de 420 dias, para um edifício com uma área de 1405 m2 e arranjos exteriores de 1.775 m2.

A abertura das propostas teve lugar em 2002.04.23, tendo já tido lugar a sua apreciação e sido elaborado o correspondente relatório final.

No entanto, veio a tomar-se conhecimento, durante o ano de 2002, que o terreno que se destinava a esta construção e que deveria ser doado ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, para o efeito, pela Câmara Municipal, ainda não estava na posse desta, pois ainda se ia iniciar o processo de expropriação. Assim, não era possível proceder à adjudicação e arranque da obra.

Apenas em Janeiro de 2004, veio a autarquia informar que tinha entrado na posse do terreno, não se tendo por isso formalizado a necessária doação.

Devido à indefinição que acompanhou este Processo, as verbas inscritas em PIDDAC para este empreendimento não contemplam a sua execução normal durante o ano de 2004, uma vez que a dotação actual é apenas de 115.000€, e seriam necessários cerca de 1.000.000€, se a obra fosse adjudicada e se iniciasse a curto prazo.

SM/FR

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada N.º 2639
Processo N.º



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DA MINISTRA

Assim, tendo em conta esta limitação orçamental, a empreitada só poderá ser adjudicada no 4º trimestre de 2004.

É oportuno referir que o Tribunal de Comarca do Nordeste é dos que tem menor dimensão, em todo o País, como se comprova pelos dados estatísticos fornecidos pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento e juntos em anexo. Ora o projecto que foi concursado, iniciado em 1997 e elaborado com base em critérios desactualizados, é manifestamente excessivo para essa dimensão, como decorre do valor do orçamento atrás referido, pelo que se justificaria a sua revisão, no sentido de reduzir a área construída e os custos globais, antes da adjudicação.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete,

N 

(Nuno Peres Alves)